

## Apresentação

Otávio Cruz Neto  
Marcelo Rasga Moreira  
Luiz Fernando Mazzei Sucena

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CRUZ NETO, O., MOREIRA, MR., and SUCENA, LFM. Apresentação. In: *Nem soldados nem inocentes: juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001, pp. 23-32. ISBN: 978-85-7541-519-1. Available from: doi: [10.7476/9788575415191](https://doi.org/10.7476/9788575415191). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/ds48k/epub/cruz-9788575415191.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

# *Apresentação*

Vivemos numa sociedade permeada por contradições socioeconômico-políticas que delineiam, no limiar do marco histórico-temporal deste início de século, um movimento crítico e tenso, de grave potencialização de conflitos. Entre atônitos e preocupados, deparamo-nos com um mundo globalizado e hegemônico, capaz de desenvolver processos socializadores distintos e determinados, que propiciam, ao mesmo tempo, a satisfação de alguns com seu avanço tecnológico e sedutores bens de mercado e a frustração de muitos, excluídos até mesmo do acesso a seus direitos vitais.

Imersas nesse cenário, perfilam-se situações complexas e inconclusas que se contrapõem às iniciativas conciliatórias e despertam problemas de difícil resolução, dos quais se podem destacar, dentre outros, a valorização dos anseios do mercado em detrimento das demandas da sociedade civil; o crescimento desmesurado da especulação financeira, gerando brutal diminuição da atividade produtiva e a elevação do desemprego; a convivência próxima e diária, no âmbito de uma sociedade de consumo, entre pobreza e opulência; a impotência das campanhas pela paz ante o gigantismo de uma indústria bélica que municia a

violência criminal, além da reduzida credibilidade dos partidos e instâncias políticas junto à população, sobretudo entre os mais jovens.

Ao contrário do que se poderia concluir, a inclusão dessas questões nos fóruns decisórios e agendas políticas das diversas instâncias de poder do País configura-se como pontual e isolada, descolada de discussões acerca das relações estruturais que as originam e ambientam. Sob o manto da negligência, intensificam-se o poderio de atividades e instituições que, demonstrando um elevado potencial adaptativo, tiram proveito dos problemas sociais, obtendo vultosos ganhos financeiros e multiplicando seus efeitos perversos. O exemplo mais evidente e impactante dessa simbiose é o do tráfico de drogas.

Intrinsecamente ligado ao crescimento da violência criminal no Rio de Janeiro, essa ilícita e lucrativa atividade revela uma perfeita sincronia com a conturbada conformação social do País, adotando procedimentos que se beneficiam das dificuldades enfrentadas pela população e transformando-as em fator de desenvolvimento próprio. Nesse sentido, três situações paradigmáticas, dentre várias outras, podem ser citadas como perfeitas ilustrações dessa perniciosa apropriação:

- assim como uma empresa escolhe criteriosamente os locais onde estabelecerá suas lojas e representações, os traficantes encastelaram seus pontos de venda e distribuição (verdadeiras *joint ventures*) em morros, favelas e periferias de difícil acesso para o aparato repressor-militar e fácil controle do trânsito não apenas da polícia, mas dos próprios consumidores. Esse mecanismo de proteção/estratégia de mercado atinge sofisticados níveis tecnológicos, com a imprensa carioca noticiando que alguns traficantes já contam com sistemas de circuito fechado de telefonia e TV;
- estabelecidos nesses locais, os ‘chefes’ e ‘gerentes’ do ‘movimento’ adquirem armas, dinheiro e autonomia, a fim de conquistarem o poder necessário para arrematar a quantidade de pessoas que considerem adequada ao desempenho das funções hierárquicas e da difusão do ‘negócio’. Tanto estes como aqueles geralmente são jovens, pobres, residentes nos próprios morros ou favelas, e tornam-se os componentes mais visíveis do tráfico, aparecendo, aos olhos da sociedade, como os ‘agentes portadores da violência’ e, nas estatísticas, como o segmento populacional mais afetado pelas mortes violentas. Com sua delinquência e óbitos encobrem os setores mais lucrativos, como a importação da droga, seu refino, transporte, lavagem e reinvestimento do dinheiro obtido,

só operacionalizados por pessoas de posição social e financeira destacada, com influência política e bons contatos no poder público e no mercado de capitais;

- transitando assim com igual desenvoltura por entre miséria e riqueza, os responsáveis pelos diferentes setores do tráfico de drogas desenvolveram verdadeiras ‘estratégias de *marketing*’ com a finalidade de abarcarem cada vez mais jovens de todos os segmentos sociais, atribuindo-lhes funções diferenciadas e específicas. Apresentando o ‘varejo das drogas’ como a única alternativa de mercado capaz de gerar renda e garantir a satisfação plena dos anseios de consumo impingidos pela sociedade atual, e aproveitando-se de um forte componente psicológico que mistura frustrações pessoais, familiares e sociais, habilmente expandiram seu contingente de mão-de-obra, estabelecendo ‘relações de trabalho’ fundamentadas numa remuneração superior à da maioria dos empregos que seus integrantes poderiam exercer, no risco de vida premente e numa rígida hierarquia sustentada pela coerção e punição física.

Assediada pelos efeitos da associação entre crise socioeconômica e tráfico de drogas, a população carioca expressa um sentimento de indignação e revolta, que, ao refletir-se no poder público, muitas vezes é traduzido como um apelo voltado exclusivamente para a intensificação da repressão jurídico-policial e direcionado para a resposta a uma lacônica e unívoca questão: ‘Como puni-los?’

A reprodução audiovisual desse raciocínio, divulgado diariamente em fotos, letras garrafais e manchetes sensacionalistas, parece querer armar e municiar a sociedade para uma cruzada contra os ‘marginais’, tendo como objetivos ‘éticos e legais’ impedir que ‘produzam mais violência’ e, ao justicá-los exemplarmente, desencorajar, por vias transversas, outros a ‘entrarem para o mundo do crime’

Agravando ainda mais essa situação, o incremento da circulação armamentista assustou e conflagrou certos setores da sociedade, notadamente os mais bem-aquinhoados, gerando acirradas reações, sendo um dos co-responsáveis pela intensificação de uma concepção de mundo que apregoa como única solução a pura e simples repressão. Apoderando-se de governos e cargos públicos ligados à justiça/segurança, seus adeptos puseram em prática uma política que preconiza, e até mesmo estimula, a invasão dos locais de tráfico (para eles exclusivamente morros e favelas), autorizando seus comandados a atirar em qualquer um que lhes pareça suspeito, para depois tipificar mortos e feridos como ‘traficantes’.

Agindo dessa maneira subsumem, propositadamente, toda a complexidade e os aspectos socioestruturais das situações-problema contra as quais se voltam, encobrendo causas e motivações e buscando saciar seus interesses individuais como se fossem universais.

Neste livro não se pretende negar a gravidade dos fatos nem tampouco acobertar atos infracionais, duvidar dos índices que apontam o crescimento da criminalidade juvenil ou subestimar os sentimentos de apreensão e temor que assaltam os cidadãos cariocas. Seu intuito é demonstrar que o debate acerca da inserção de jovens no tráfico de drogas não pode ser confinado ao interior dos camburões de polícia, delegacias e instituições de atendimento do sistema socioeducativo. Ele precisa emergir e consigo trazer à tona a liberdade de expressão e a ampla participação dos diferentes segmentos da sociedade, tornando-se objeto de estudo e ação de um conjunto articulado, coeso e planejado de políticas públicas sociais inseridas em um projeto conseqüente de governo.

É preciso deixar claro, sobretudo, que, para a grande maioria dos cariocas obrigada a lutar diariamente por suas condições de vida, em nada interessa o (re)estabelecimento de uma política de controle social exacerbado, na qual sobressai o poder armado, punitivo, vingativo e tenuamente limitado. Mesmo diante do clamor e da comoção insuflada por mortes, roubos e seqüestros, ela sempre será a pior opção, pois se, num primeiro momento, pode vir a transmitir uma tranqüilidade aparente, logo depois tende a extrapolar todos os padrões ético-humanitários, sobrepujando preceitos legais de acordo com a vontade dos que a comandam e sustentam. O massacre dos sem-terra de Eldorado dos Carajás e a criminosa invasão do Carandiru são exemplos recentes dessa forma de intervenção do poder público.

Não sendo completamente inédita, nossa proposta tem como caráter distintivo e inovador o fato de ter sido elaborada com base no processo de avaliação do Sistema Aplicado de Proteção ao Adolescente Oriundo de Medida Socioeducativa por Envolvimento com o Tráfico de Drogas (doravante chamado apenas de Sistema Aplicado de Proteção), projeto que teve apoio financeiro do Departamento da Criança e do Adolescente (DCA) da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça e foi implementado pela Fundação para a Infância e Adolescência do Rio de Janeiro (FIA/RJ), no período que compreende os meses de novembro de 1998 a novembro de 1999.

Contando com a participação ativa e propositiva da 2ª Vara da Infância e Juventude do Rio de Janeiro – Comarca da Capital, esse projeto teve como objetivo gerar condições socioeconômicas que impedissem a reincidência e favorecessem a reestruturação e o fortalecimento dos vínculos sociofamiliares de 94 jovens que, em razão do envolvimento com o tráfico de drogas, cumpriam medida socioeducativa de semiliberdade e de liberdade assistida.

Levando-se em consideração o panorama histórico das políticas públicas voltadas para o segmento infanto-juvenil no estado do Rio de Janeiro, o Sistema Aplicado de Proteção pode ser considerado original e pioneiro, um projeto experimental, uma vez que em sua consecução adotou um conjunto inédito de procedimentos que visavam a inaugurar uma nova relação entre Estado e adolescentes infratores. Quanto a isso, há que se destacar:

- a interlocução da FIA/RJ com os Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor (CRIAMS) e o Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE);
- o estreitamento do relacionamento com o Poder Judiciário e o Ministério Público do Rio de Janeiro, visto que a decisão final sobre os jovens que efetivamente foram inseridos no Programa competiu ao Juiz da Infância e Juventude;
- o desenvolvimento de uma proposta de novas parcerias de atendimento, destacada do sistema formal e a cargo de quatro Organizações Não-Governamentais (ONGs) – Centro de Estudos e Atendimento São Domingos Sávio, Reencontro Obras Sociais e Educativas, Associação de Assistência à Criança São Vicente de Paula e Casa do Menor São Miguel Arcanjo – que, durante o período de 12 meses, trabalharam sob supervisão dos Pólos Regionais da FIA;
- a definição de um *per capita* mensal de R\$ 130,00 (correspondente a um salário mínimo em novembro de 1998) para cada jovem, durante os 12 meses de duração do Projeto. Esse recurso foi mediado pelos técnicos das ONGs, de acordo com a necessidade de cada um, e investido na aquisição de bens, alimentos, pagamento de mensalidades de clubes, nunca sendo, todavia, repassado em espécie;
- o reforço à auto-estima dos jovens e a tentativa de articular reinserção escolar, curso profissionalizante, emprego e geração de renda;
- a proposição de uma avaliação externa de seu desenvolvimento e resultados.

A avaliação do Projeto coube à equipe de pesquisadores<sup>1</sup> vinculados ao Departamento de Ciências Sociais (DCS) da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), sempre apoiados pelo Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) e pela Associação Brasileira de Pós-Graduação e Saúde Coletiva (ABRASCO).

Essa equipe vem, desde 1993, dedicando-se a investigar, analisar e debater os problemas do segmento infanto-juvenil fluminense por meio de um permanente investimento teórico-prático na linha de pesquisa Estudo sobre as Condições de Vida e Atendimento a Crianças e Adolescentes do Rio de Janeiro.

Compreendemos que, assim como preconizamos que o atendimento direto aos jovens envolvidos pelo tráfico de drogas deve imbuir-se e estudar as especificidades e relações travadas em torno desse ato infracional, não se confundindo com o dispensado àqueles que se encontram em situações ilícitas diferentes, o processo avaliativo deveria, obrigatoriamente, seguir o mesmo rumo. Afinal, o sucesso das estratégias utilizadas no Projeto poderia representar para os jovens uma efetiva possibilidade de ruptura com a atividade criminal, ensejando oportunidades concretas de reinserção social.

Partindo dessa opção metodológica e de vida, dedicamo-nos a estudar de forma mais ampla o tema do envolvimento de jovens com o tráfico de drogas, elegendo a mídia como primeiro campo de análise. Tal postura resultou na elaboração dos documentos *A Mídia e a Questão das Drogas nºs 1, 2, 3 e 4*, coletânea de reportagens sobre o tema, publicadas na *Folha de São Paulo* (1995 e 1996), *Jornal do Brasil* (1995 a 1999), *O Dia* (1998 e 1999), *O Globo* (1999) e *Tribuna da Imprensa* (1998 e 1999).

Em seguida, centramos o foco de investigação no desenrolar do processo histórico carioca, em especial no que diz respeito à implementação de políticas públicas e à violência estrutural. Refletindo sobre as questões levantadas, produzimos o artigo 'A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural' (Cruz Neto & Moreira, 1999) e a monografia *Juventude, Exclusão e Tráfico de Drogas: adolescentes em conflito com a lei no município do Rio de Janeiro* (Sucena, 1999). Todo esse esforço teórico subsidiou o processo de avaliação, o qual foi apresentado às instituições demandantes do Projeto por intermédio das publicações: *Adolescentes Envolvidos pelo Tráfico de Drogas no Rio de Janeiro – relatório parcial de avaliação* e *Sumário Avaliativo*.

---

<sup>1</sup> Além dos autores deste livro, participaram da referida equipe: Soraya Christina S. Oliveira, Jurema Correa da Mota e Rosemberg Carlos Vicente.

Oriundos e inseridos no campo da saúde pública, logo preocupamo-nos e passamos a inquirir em que medida e de que forma o envolvimento daqueles 94 jovens com o tráfico de drogas influía em suas condições de vida e quais as implicações dessa participação em sua saúde. Tais inquietações resultaram na dissertação de mestrado intitulada *Nem Soldados nem Inocentes: jovens e tráfico de drogas no município do Rio de Janeiro* (Moreira, 2000), que representa a continuidade e a ampliação reflexiva dos esforços anteriormente empreendidos.

Resultante desse processo, a práxis analítica que origina este livro pode ser traduzida na preocupação em permitir que a voz dos jovens chegue ao conhecimento da população de forma livre e sem preconceitos, possibilitando a abertura de um debate que seja capaz de atender tanto às demandas deles próprios quanto às da sociedade. Para isso, estudamos o depoimento de 88 jovens (93,61% do total de atendidos) que participaram do Sistema Aplicado de Proteção, cujos dados e informações foram coletados mediante a aplicação de três instrumentos específicos e inerentes ao trabalho de campo realizado durante a avaliação do Projeto:

- Entrevista com Instrumento Estruturado, composto por 104 questões (60 abertas, 17 fechadas e 27 mistas) que abarcavam sete temas específicos (Dados Pessoais; Condições de Moradia; Convivência Familiar; Lazer e Cultura; Sexualidade; Educação e Trabalho e Tráfico de Drogas), elaborado pela Equipe de Avaliação e ministrado aos 88 jovens pelos próprios técnicos que os atendiam;
- Entrevista em Profundidade com Roteiro Semi-Estruturado elaborado e aplicado pela Equipe de Avaliação, tendo como objetivo aprofundar as discussões sobre a vida dos jovens em três momentos diferentes: antes de entrar para o tráfico de drogas, durante sua passagem pelo tráfico e a sua inserção no Sistema Aplicado de Proteção. Participaram 16 jovens que concederam entrevistas de duração variável (de 45 a 120 minutos), gravadas em fitas cassetes. Os entrevistados foram selecionados pelos técnicos das ONGs, que adotaram como critério principal a divisão dos jovens em dois grupos de 8, sendo um formado por aqueles que apresentavam melhores possibilidades de sair do tráfico e o outro pelos que demonstravam maiores dificuldades para sair;
- Diário de Campo, construído com base no emprego da observação participante, técnica aplicada nos trabalhos de campo em que participamos durante todo o processo de avaliação do Programa, envolvendo audiências



na 2ª Vara da Infância e Juventude da Capital, visitas constantes e periódicas às ONGs envolvidas no Projeto ou em reuniões conjuntas com os técnicos e representantes da FIA, DEGASE e CRIAMS.

Essa complexa e multifacetada gama de informações foi trabalhada por meio da interação entre as dimensões qualitativa e quantitativa, privilegiando-se aquelas que: narrassem motivos pessoais, determinantes sociais e demais causas que tenham influenciado o comportamento dos jovens, levando-os a inserirem-se no tráfico de drogas; fornecessem subsídios para melhor compreensão de como era a vida desses jovens quando faziam parte do tráfico de drogas; possibilitassem a elaboração de seu perfil.

Desse modo, os dados levantados serão utilizados neste livro como contraponto à análise do processo histórico, corroborando, ampliando ou mesmo invalidando assertivas e conclusões.

Para concretizar tal proposta, utilizar-se-á a análise hermenêutica dialética, possibilitando com isso que os jovens, suas experiências de vida, frustrações, esperanças e anseios sejam encarados como o cerne de todo o estudo. Nesse contexto, eles não serão vistos como mero objeto de estudo, mas como atores sociais concretos, vivos, capazes de construir uma trajetória histórica e de vida sobre a qual as relações socioestruturais têm influído de forma bastante negativa. Cabe, então, reiterar que eles representam a maior preocupação deste trabalho, não sendo apenas o seu ponto de partida, mas também os responsáveis pelo fio condutor e, sobretudo, o ponto de chegada para o qual convergem as atenções, pretendendo-se atingir, de forma direta ou indireta, os responsáveis pelas políticas públicas de atendimento ao segmento infanto-juvenil.

Imbuídos desse intuito, tencionamos contribuir com o debate, apresentando subsídios para uma melhor compreensão da inserção de jovens na estrutura do tráfico de drogas e enfocando de forma mais específica as implicações que essa participação origina na saúde deles. Tal proposta estrutura-se em cinco macromomentos que procuram proceder a uma investigação do processo histórico carioca, conjugando-a e interagindo com a análise da realidade contemporânea.

O primeiro passo de tal empreendimento delinea-se no capítulo intitulado *Revisitando o Tráfico de Drogas no Município do Rio de Janeiro: raízes históricas de um objeto de estudo recente*. Ao propor uma discussão sobre as categorias que tradicionalmente matizaram esse debate, procura-se compreender de que forma determinadas políticas públicas contribuíram para que a qualidade de vida da

população do Rio de Janeiro, em especial do segmento infanto-juvenil, fosse, ao longo do século XX, extremamente debilitada, gerando um avolumar de vulnerabilidades que seriam percebidas e aproveitadas pelo tráfico de drogas em seu processo de expansão.

O capítulo seguinte, *Perfil dos 'perfis' de jovens envolvidos com o tráfico de drogas*, traz para o contemporâneo as questões anteriormente levantadas, procurando confrontá-las e elucidá-las com base em uma conjuntura social que é analisada por meio dos depoimentos dos jovens atendidos pelo Sistema Aplicado de Proteção. Esse momento ensaja também uma análise crítica sobre a forma como a mídia vem tratando esses jovens e as características de sua abordagem, evidenciando-se o quanto as informações veiculadas tendem a atender à lógica da guerra. Como contraproposta, procura-se elaborar um 'perfil' que não se esgote na superficialidade dos dados empíricos e imediatos, aprofundando seu viés qualitativo, contemplando suas condições de vida e demonstrando como a ineficácia das políticas públicas contribui para torná-los vulneráveis ao tráfico de drogas.

Conseqüência direta desse 'perfil', o capítulo *Vida no Tráfico: cotidianos de uma sociedade que não se reconhece* procura elucidar o cotidiano que esses jovens vivenciaram durante o período em que fizeram parte do tráfico de drogas. A proposta essencial é demonstrar que essas experiências, por mais drásticas e indesejáveis que sejam, devem ser compreendidas como parte do cotidiano da sociedade e não como um movimento apartado, um conjunto fortuito e criminalizado de fatos e eventos que apenas devem ser reprimidos.

Essa vigorosa e decisiva tomada de posição passa, sem dúvida, por uma permanente interface com a abordagem da saúde pública, expressa no capítulo *'Coração de bandido é na sola do pé': implicações na saúde dos jovens envolvidos com o tráfico de drogas*. A que tipo de agravos e implicações aqueles jovens foram submetidos? Afinal, passavam a maior parte dos dias, se não todos, armados, temendo a chegada da polícia ou dos 'alemão'; preocupados em descobrir se os que os cercavam iriam traí-los para galgar seu posto; impedidos de regressarem livremente para casa; tolhidos de um horário de descanso e sono, que, quando possível, era sempre conturbado e intranquilo; sofrendo de baixa auto-estima e recorrendo ao consumo constante e intenso de cocaína e maconha. Essa rotina estafante e patológica submetia-os a situações e pressões que, afora o elevadíssimo risco de ser ferido e/ou assassinado, já seriam fortes o suficiente para desestabilizar física e mentalmente qualquer ser humano.

Sobrevivendo dessa maneira, são candidatos propícios a serem acometidos por uma grande variedade de problemas e distúrbios neurológicos, cardiovasculares e psicológicos. No entanto, é importante perceber que os agravos advindos da participação no tráfico de drogas extrapolam os limites pessoais e individuais, atingindo direta e indiretamente a suas famílias, comunidades e à sociedade como um todo.

Por fim, o capítulo *Nem Soldados, nem Inocentes* procura explicitar a anteposição entre esses dois conceitos e discutir a necessidade de privilegiar os aspectos estruturais que permeiam a vida dos jovens.